

Saúde ampliará serviços básicos

Da sucursal de
BRÁSILIA

O secretário-geral do Ministério da Saúde, José Carlos Seixas, disse que de nada adiantaria o órgão obter uma verba muito superior à que tem agora se não existe infra-estrutura no País para possibilitar sua aplicação em programas de saúde pública. Por isso, segundo ele, o Ministério da Saúde decidiu criar essa infra-estrutura, por intermédio de projetos como o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento - PIASS.

José Carlos Seixas anunciou para setembro o início da expansão da rede de serviços básicos de saúde pública no Nordeste, por meio do PIASS, instituído pelo governo no ano passado, que lhe destinou um total de Cr\$ 4 bilhões. O término do programa está previsto para 1979 e seu objetivo principal é atuar na solução de pequenos problemas sanitários — coletivos ou familiares — em localidades com até 20 mil habitantes, compreendidos na faixa de

Minas Gerais até o Maranhão.

O secretário explicou que ainda não sabe quantos serão os postos de saúde construídos pelo PIASS, porque, no momento, cada Estado nordestino faz o levantamento de suas necessidades. Mas há previsão de se instalar uma rede de complexidade crescente de mini-postos, hoje apenas conhecidos como postos, "porque mini lembra coisa pequena, diminuta, como mini-saia, mini-blusa etc, e o trabalho realizado por esses postos é realmente bastante volumoso, não é um mini-trabalho", disse o ministro Paulo de Almeida Machado.

Segundo Seixas, a filosofia do PIASS enquadra-se nos muitos serviços de saúde pública em todo o mundo, realizados pela rede estatal, pois também prevê a participação comunitária e de pequenas instituições médicas e até privadas, com fins lucrativos, desde que atendam à complexidade crescente. O programa coordena projetos em áreas específicas, devendo atender, até 1979, a

80% da população nordestina desassistida dos serviços sanitários básicos: água, esgoto, atendimento médico e hospitalar, etc.

Após inspecionar a implantação desses projetos em quatro Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Ceará, Seixas considerou a situação razoavelmente boa, pois todos já indicaram um corpo técnico permanente e exclusivo para atuar no PIASS, condição imposta para liberação de verbas.

O secretário-geral do Ministério da Saúde disse que o atendimento esporádico de saúde pública será extinto à medida que o PIASS for sendo instalado. Segundo ele, tal modalidade gera distorções, porque

"não só o médico serve e é capaz de resolver os pequenos problemas da área de saúde", como ocorre atualmente, onde as próprias Secretarias de Saúde dos Estados contribuem, mantendo serviços volantes.

O próprio ministro da Saúde desaconselha serviços volantes, por considerá-los muito dispersos e dispendiosos, não atingindo as reais necessidades do País.

José Carlos Seixas explica que o PIASS não garantirá todo o tipo de assistência, mas o mínimo para modificar o comportamento da população, que só procura auxílio quando a doença muitas vezes não tem mais cura ou se precisa de cuidados bastante complexos, possíveis apenas nos gran-

des hospitalares. Para ele, além da falta de educação do povo, as distâncias físicas no interior do País tornam o acesso aos grandes centros, onde estão localizados os grandes hospitais, um problema bastante sério.

O secretário reconhece as boas intenções do PIASS, ao tentar inverter a demanda das necessidades do setor saúde, até então tidas como prioritárias, e que se resumem a cinco itens: promocionais, proteção específica, diagnóstico precoce e de pronto tratamento, limitação da capacidade e reabilitação. Os três últimos itens englobam as finalidades da medicina curativa, e terão prioridade.